

REVISTA DE GEOGRAFIA



PPGEO

Programa de Pós-Graduação
em Geografia ufjf

RESGATE DO TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OBRAS E AUTORES

**THE RESCUE OF TERRITORY IN GEOGRAPHY:
A REFLECTION ON WORKS AND AUTHORS**

**EL RESCATE DEL TERRITORIO EN GEOGRAFÍA:
UNA REFLEXIÓN SOBRE OBRAS Y AUTORES**

Lucas Labigalini Fuini

Instituto Federal de São Paulo - IFSP - São João da Boa Vista

Av. Marginal, 585, Fazenda Nossa Senhora Aparecida do Jaguari, São João da Boa Vista (SP), CEP 13871-298

RESUMO

O presente artigo procura delinear o processo de resgate do conceito de Território, a partir dos anos de 1970, considerando a história do pensamento geográfico no Brasil e a transição paradigmática da modernidade para o período contemporâneo. Por meio de pesquisa de revisão bibliográfica e análise descritiva, propõe-se um esclarecimento sobre os diferentes sentidos e compreensões que o conceito adquire, identificando os autores centrais de seu pensamento, influência teóricas, linhas de pensamento e proposições. Postula-se conhecer melhor a produção geográfica por meio de um conceito chave que explica a dita passagem para a pós-modernidade, demonstrando-se que se trata de um movimento de pluralidade temática e de método-teoria, valorizando-se novas formas de identidade, territorialidades e de projetos de desenvolvimento.

Palavras-chave: território, geografia brasileira, resgate, modernidade, revisão.

ABSTRACT

This article seeks to outline the process of recovering the concept of Territory from the 1970s, considering the history of geographic thought in Brazil and the paradigmatic transition from modernity to the contemporary period. Through bibliographic review and descriptive analysis, it proposes a clarification on the different meanings and understandings that the concept acquires, identifying the central authors of its thought, theoretical influence, lines of thought and propositions. It posits a better understanding of geographic production through a key concept that explains the passage to postmodernity, demonstrating that it is a movement of thematic plurality and method-theory, valuing new forms of identity, territorialities and development projects.

Keywords: territory, Brazilian geography, rescue, modernity, review.

RESUMEN

El presente artículo busca delinear el proceso de rescate del concepto de Territorio, a partir de los años 1970, considerando la historia del pensamiento geográfico en Brasil y la transición paradigmática de la modernidad para el período contemporáneo. Por medio de una investigación de revisión bibliográfica y análisis descriptivo, propone una aclaración sobre los diferentes sentidos y comprensiones que el concepto adquiere, identificando a los autores centrales de su pensamiento, influencia teórica, líneas de pensamiento y proposiciones. Se postula conocer mejor la producción geográfica por medio de un concepto clave que explica dicho pasaje para la posmodernidad, demostrando que se trata de un movimiento de pluralidad temática y de método-teoría, valorizando nuevas formas de identidad, territorialidades y proyectos de desarrollo.

Palabras clave: territorio, geografia brasileña, rescate, modernidad, revisión.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Inventa-se um mundo cada vez que se escreve. Trata-se, na verdade, de fazer vir à luz do dia o que já existe, vivido amplamente na experiência cotidiana, embora os hábitos de pensar impeçam-nos de vê-lo (Michel MAFESSOLI, 2005, p. 13)

Este texto propõe uma análise qualitativa, de cunho descritivo e analítico, de algumas obras e autores que marcaram o processo de resgate e re-emergência territorial na Geografia brasileira. Território é um conceito ou categoria? Sendo conceito, possui alguma filiação que o identifica a uma específica abordagem teórica e de método? Por conceito, compreende-se uma abstração derivada do pensamento e que apresenta um caráter de profundidade e extensão, profundidade referindo-se àquilo a que dá significado, extensão àquilo a que se aplica (SPOSITO, 2003; HAESBAERT, 2014).

É conceito pois apresenta na história do pensamento geográfico um caráter permeável à mudança de significados, adquirindo novos conteúdos e estendendo seu caráter aplicado. Se fosse um conceito de entendimento puro (unidade de significação de um discurso epistemológico), uma categoria, teria um aspecto imanente, universal e menos variável, como o é caso de espaço/tempo. Como unidade de significação de um discurso, ou enunciado de um discurso, e um parte de método, o conceito é fundamentalmente produto da história e pode também ter maior ou menor aceitação em certo período ou tradição científica, conforme a teoria na qual ganha significado tenha posição paradigmática ou não conforme a capacidade de explicar coisas e objetos, casos e situações. Assim, pode ocorrer um oscilar ou caminhar cíclico do conceito como chave-interpretativa, com a coexistência de conceitos com significados diferentes e a sucessão daqueles próximos em unidade de significado, com sua possível morte e vida, ou declínio e ressurgimento (FOUCAULT, 2008 [1969], HAESBAERT, 2010, 2014).

Tratando-o como um recorte ou esfera do espaço definido por (e a partir de) relações de poder que se expressam como um misto de dominação política e apropriação econômica e identificação cultural em múltiplas escalas, o território pode ser reconhecido, até os anos de 1980, na Geografia, à luz de algumas matrizes teóricas que deram a ele certo sentido e aplicação. Para Silva (2010), em tese fundamental sobre o pensamento geográfico brasileiro acerca do conceito, a luz da referência de Castoriadis (1982), o território se define pela significação imaginária social, sendo fruto da condição inseparável do imaginário com o da instituição. Território, no sentido de instituição e onde se “encarna” e pode ser elucidado.

Autores como F. Ratzel e J. Gottmann entraram, em maior ou menor grau, na abordagem brasileira, e é inegável que trouxeram influências decisivas em nossa forma de tratar o território de maneira mais aberta, multidisciplinar, pluritemática, sobretudo após o advento da obra de Raffestin, *'Por uma Geografia do poder'* (1993 [1980]). Descortina-se um olhar renovado sobre as relações de poder, com citações de Foucault, Lefévre e Edward Soja. Nesta e em outras obras do autor (RAFFESTIN, 2000, 2008), denota-se interesse em entender as partes menores e a semiótica do poder que ajuda a definir um território como relacional, precedido pela dimensão (i)material da inserção e inclusão da territorialidade, constituído através de fluxos de energia e informação entre atores e cuja fisionomia escalar é variável. Outra obra geográfica de referência no período foi *"Espaço e poder"* de Paul Claval, original de 1978, que define o poder em perspectiva relacional, como as estratégias de autoridade, dominação e influência, ou seja, a "ampla gama de ações que se sabe praticar para modificar o meio, explorá-lo e tirar o necessário à vida" (p. 11), mas, não somente as condições de realizar por si mesmo, mas de também fazer com que sejam realizadas por outros. Poder, como relação, envolve assimetrias e desequilíbrios (CLAVAL, 1979).

Contribuições de Sack (1983, 1986), sobre as territorialidades humanas (conquistar e influenciar pessoas em suas áreas de vivência), Indovina e Calabi (1992 [1973]), tratando do uso capitalista do território, e de Bonnemaïson (2002 [1981]), sobre território e identidade simbólica, também levaram à amplificação do olhar sobre o território para as dimensões do vivido/histórico, do econômico (produção e circulação) e do cultural-imaterial. Mais recentemente, Elden (2013) retoma os estudos históricos e conceituais sobre o território, analisando-o como um tipo de tecnologia política construída historicamente, um espaço delimitado sob controle de um grupo ou pessoas, (com limites fixos, soberania interna exclusiva e uma igualdade no status externo=concepção político-geográfica), visto também como processo, um processo territorial.

A Geografia brasileira, a despeito de assimilar esquemas teóricos, discursos e técnicas de análise estrangeiras, também desenvolveu um percurso histórico próprio alinhado a correntes e à especificidade de temáticas e preocupações de estudo. Uma geografia que só tardiamente se colocou no plano das discussões teóricas e epistemológicas (SANTOS, 1978) e, malgrado as críticas feitas pelo seu caráter de ciência de síntese e descritiva, possui no Brasil um estatuto de saber reconhecido em universidades públicas e privadas e de obrigatoriedade nos currículos escolares, garantida pelos atuais Parâmetros curriculares nacionais (PCNs).

Desse modo, nesse artigo apostaremos em um percurso metodológico que mesclará descrição e análise teórica de fontes bibliográficas, seguindo uma leitura histórica e temática, em um texto que busca menos verificar uma hipótese fechada e acena mais com o cruzamento de dados e informações a trabalhar certas questões-problema. Quais sejam: há um 'novo' território emergente dos escombros da crise paradigmática dos anos 1980/1990 que decretava o "fim do Estado", das "fronteiras", a "crise da modernidade"? Quais seria as abordagens e conteúdos que deslindam essa renovação? O artigo está dividido em três partes, ou teses, centrais: sobre o resgate do conceito na produção geográfica e o sentido dessa retomada; as principais contribuições sobre o território, entre o moderno e o pós-moderno, na geografia renovada e; o sentido do advento da lógica pós-moderno em visões que se contrapõe sobre esse debate.

O RESGATE DO CONCEITO

Segundo Moraes (2000), o resgate do conceito se dá no âmbito da repolitização do temário da Geografia e no movimento de renovação crítica do pensamento geográfico, a partir dos anos de 1960. O que chamamos de transição, alguns autores denominaram de resgate (MORAES, 2000, 2002) retorno (SANTOS, 1993), reinvenção (PORTO-GONÇALVES, 2006), explosão (FUINI, 2015, 2017) ou renovação (BECKER, 1988).

Somente nos anos de 1970, com a introdução de correntes críticas de inspiração marxista/pós-marxista e historicista, em tom geopolítico ou economicista (geralmente vinculadas ao materialismo histórico) é que se retomou a centralidade do território no debate, com base na influência teórica de alguns autores geógrafos, já com um sentido de construção social. Segundo Saquet (2002),

(..) na Geografia brasileira, no momento atual, parece haver uma proeminência nos estudos do território. Entre as diferentes vertentes, conseguimos identificar, sucintamente, uma tendência ligada ao estudo do território, ou dos territórios, a partir da territorialização das forças e relações de produção, mais econômica. Outra tendência é o estudo do território sob seus aspectos mais políticos, e outra, mais cultural, em que a subjetividade tem um caráter central. Estas tendências não são efetivadas necessariamente dissociadas. De forma geral, também, parece-nos que a chamada Geografia Histórica ganha força nas abordagens do espaço geográfico, na medida em que se fortalece cada vez mais a necessidade de se conhecer o passado, o processo de construção dos lugares, as mudanças e as permanências, para se compreender o presente e pensar o devir.

Silva (2010) afirma, em sua tese, que na travessia do século XX para o XXI houve uma instituição científica do território no pensamento geográfico, em uma trama constituída pelo conceito atrelado aos vieses histórico, econômico, político e cultural. Isso se aplica a um contexto histórico de surgimento de novas teorias explicativas na Geografia (quantificação, crítica radical e a fenomenológica/humanística) que promoveram uma ruptura epistemológica com a abordagem tradicional, sobretudo a de inspiração francesa e a racionalista (ou neopositivista), cunhando um quadro renovado de categorias e conceitos operacionais, resgatando alguns (como o território) e ampliando o campo explicativo de outros (como espaço e lugar).

Outro aspecto da transição está na crítica da modernidade e na aposta quanto ao rótulo do pós-moderno e da pós-modernidade. Claval (1999) justifica essa transformação qualitativa do conceito, sobretudo na apropriação que dele fez a Geografia humana, por conta: a) da crise das metanarrativas e filosofias históricas (com a virada espacial e linguística) que definiam a ideia de identidade territorial como destino inescapável; b) a proliferação de discursos identitários plurais (diversas formas de territorialidade) que não se enquadram no modelo de sociabilidade atrelada à territorialidade exclusiva do Estado. A busca pela compreensão dessa transição é tarefa fundamental para delinear alguns dos rumos da produção geográfica na atualidade e dar a conhecer melhor como um conceito tão caro à produção geográfica foi retomado após anos de “ocultamento”.

Alguns livros-texto e seus autores podem ser identificados como “expoentes” ou “desbravadores” desse viés renovador da abordagem territorial na Geografia brasileira. Para estes autores, a saber, a questão que se coloca é se o território é produzido e surge a partir do espaço, se é anterior ao espaço, ou se caminham em paralelo, como conceitos que se aproximam, mas que tem trajetórias próprias.

Milton Santos, em obra de 1978 denominada de “*Por uma geografia nova*”, no apogeu da Geografia crítica, traz uma visão até certo ponto tradicional sobre o conceito. Na terceira parte da obra, que lida com sua proposta de Geografia crítica, iniciando na perspectiva da produção do espaço (que envolve estrutura, processo, forma e função), o autor vai atrelar o conceito de Território à relação Estado e Espaço, o Estado-nação é que vai direcionar o conceito. O território, assim, é tratado como linha traçada em acordo ou pela força e cuja extensão é variável historicamente. Sua substância é dada pelas sociedades territoriais cuja ação se manifesta pelo modo de produção dominante e os modos de produção precedentes e, pelo sistema político.

Seu olhar de renovação se inicia nos anos de 1980. Na obra *“Espaço e método”*, de 1985, o território não apresenta centralidade na análise, sendo tratado apenas como tópico (*Especificidades e articulações no território* no capítulo 7, *“O estudo das regiões produtivas”*). Nesse trecho o território é visto como *lócus* ou ponto de apoio onde interagem as variáveis definidoras das regiões produtivas (uma especificidade do espaço). Seria um contexto ou base identificada por suas frações funcionais diversas, ou seja, os fluxos e demandas criados pelas atividades, população e pelas heranças espaciais (fixos) que operam em vários níveis escalares. Nesse momento também se coloca a concepção de multi ou interesclaridade territorial, tão em voga na literatura atual, admitindo que o conceito pode ir além dos limites impostos pela escala Estado nacional (SAQUET, 2007, 2008).

Em *“Metamorfoses do espaço habitado”*, de 1988, ao propor o estudo das categorias analíticas vinculadas ao espaço, propõe-se a concepção de configuração territorial. Pode ser tanto sinônimo de base terrestre ou terreno ocupado pelo homem, como o quadro formado pelos objetos espaciais e sua organização que condicionam e caracterizam as ações e fluxos de pessoas. Até esse momento, a concepção de Milton Santos traz o território como antecedente ao espaço, como base de sua produção. A configuração territorial ou espacial seria uma espécie de armadura do território, conjunto de fixos e sua estrutura ou arranjo. Sinônimo de organização espacial (1985).

Bertha Becker (1982, 1988) deve ser citada também nesse contexto de retomada ou resgate, pois apresenta em sua análise do Território um viés renovador claro, com traços políticos delineados. Em artigo intitulado *“El uso político do território: consideraciones a partir de una vision del Tercer mundo”*, logo de início, o texto (de cunho introdutório e teórico) apresenta o território como vinculado a ideia de poder multidimensional, caracterizado também pelas lutas sociais, sendo um “espaço produzido pela prática social e também como produto consumido, vivido e utilizado como meio que sustenta essa prática” (BECKER, 1982, p. 19).

Buscando romper com a concepção unidimensional do conceito vinculada à Geografia do estado-nação, a autora denomina por novos territórios e territorialidades as configurações que surgem da ação das corporações empresariais no país e sua articulação com o Estado no plano econômico e político. Esse texto inova também ao assumir que o conceito de território apresenta um conteúdo histórico e, dessa forma, precisa ser esclarecido no jogo de poder e dominação que se dá no plano internacional do capitalismo e que posiciona, como polos antagônicos e complementares, países dominantes (primeiro mundo) e

dominados (terceiro mundo). Assim, surge uma territorialidade dos grupos sociais dominados, vista possivelmente em uma escala menor (local e subnacional), que se expressa pelas lutas de acesso à terra, trabalho e moradia (movimentos sociais de base territorial) e pela resistência das populações à manipulação dos territórios no plano das relações hegemônicas Estado-empresa.

Em artigo original de 1988, seguindo essa tendência de renovação, Becker trata do resgate da Geopolítica através da contestação do paradigma moderno da divisão disciplinar Geografia-Geopolítica e pela retomada da potencialidade social e política do espaço, valorizando desde o olhar político e a riqueza teórica dos escritos de F. Ratzel, até a contribuição de Claude Raffestin que propõe as lógicas multidimensional e relacional da interação espaço-poder. Na era da Cronopolítica (evolução da Geopolítica), em que poder se desloca para o controle da relação espaço-tempo através da velocidade acelerada das mudanças tecnológicas e revoluções logísticas, território seria o espaço da prática e da apropriação que se dá pelo uso e vivência dos atores, espaço que se tenta controlar e influenciar, que se manifesta em todas as escalas de relações e que está fundamentado na identidade cultural (de base territorial), envolvendo também um aspecto concreto (da vivência dos atores) e abstrato (dos discursos, ideologias e intencionalidades dos atores sociais) (BECKER, 2012 [1988]). Para a autora, portanto, o território surge do processo de apropriação do espaço, sendo consequente a ele ou apresentando uma natureza própria que o difere.

Moraes (1984, 1988), por sua vez, busca construir sua concepção de território como parte do processo de valorização do espaço. Na obra "*Geografia crítica: a valorização do espaço*", de 1984, em co-autoria de Wanderley Messias da Costa, define-se a valorização do espaço pela ação de transformação da natureza em espaço através da aplicação do trabalho, pela articulação do substrato natural com as heranças espaciais (trabalho morto) desigualmente acumuladas em cada lugar. Trata-se, pois, de um processo tipicamente capitalista de valorização do capital, mesclando as determinações genéricas e lógicas estruturais de seus ciclos históricos com as conjunturas e contextos específicos de fixação de valor com a materialização de suas formas de sociabilidade nas paisagens, lugares e estruturas territoriais (MORAES, COSTA, 1984). Posto isso, a valorização do espaço pode ser entendida como processo de formação do território, "um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga" (MORAES, 2000, p. 18), captando o movimento geral através de um objeto empírico.

Em obra de 1988, “*Ideologias geográficas*”, Moraes retoma o aspecto político e cultural do conceito, criticando os “deslizes economicistas do movimento de renovação da geografia” (p. 11). Afirma no texto que as ideologias geográficas, ou seja, as ideias, imagens e discursos alusivos à dimensão espacial, foram usados como estratégias de dominação na política brasileira, desde o colonizador até se chegar ao Estado independente (monárquico ou republicano) e suas classes hegemônicas. Essas ideologias envolvem o aspecto cultural ou imaterial do território, os saberes que inculcam uma ideia de identidade nacional vinculada ao território e sua composição, como as concepções de “território a conquistar”, “país em construção”, “integridade territorial” etc. Nesse sentido, o autor define o território como *constructo* posterior ao espaço, seria um espaço onde se deu historicamente um processo de valorização e contornos políticos e culturais nítidos, geralmente vinculado às territorialidades oriundas de projetos estatais-nacionais.

Está presente em Costa (1988) também, nesse contexto de retomada do conceito, uma preocupação com as políticas territoriais do Estado brasileiro, em um olhar atento à “montagem” do território brasileiro sob o prisma da Geopolítica (concepções, ideologias e visões de território pelo Estado e poderes constituídos) e Geografia política (ações e políticas territoriais e de ordenamento territorial). O autor analisa desde a Geopolítica colonial portuguesa até o século vinte, com destaque para as políticas territoriais pós 1964, quando se instala o regime militar no Brasil.

Na obra *Geografia política e geopolítica*, Costa (1992) aprofunda e sistematiza o conhecimento sobre a Geografia política e geopolítica produzida dentro e fora do país como discursos e narrativas sobre o Território e o Poder, geralmente o poder estatal-militar. Importante ressaltar a tese do autor que no Brasil não se desenvolveu uma tradição geopolítica nos moldes do rico debate acadêmico presente sobre na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, ficando reduzida à trabalhos e teses pouco originais oriundas dos círculos militares e institutos vinculados do estado.

Conquanto, esse período de resgate do conceito está impregnado pelo pensamento da Geografia crítica, cujo referencial do período foi a obra de Yves Lacoste (1985 [1976]), trazendo a ideia de que a geografia, ciência símbolo da modernidade imperialista, não serve apenas para conduzir operações militares, mas também para organizar territórios que, nada mais são, do que o espaço onde o Estado exerce sua autoridade e controla os homens. A Geografia, como área de conhecimento, deveria então ser “recolocada” de seu estatuto apenas descritivo (da *physis* ou ecúmeno terrestre), atuando também como prática e poder vinculados às funções do Estado e a organização dos homens para povoar territórios e

perfazer batalhas por fronteiras. No entanto, a concepção dos espaços vinculados e construídos pela sociedade, por homens e mulheres, ficou restrita ao conceito de espaço, ou espaço geográfico, e não derrubou para o território e suas territorialidades. Esse avanço só vai ficar mais claro a partir dos anos de 1990.

O TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA BRASILEIRA RENOVADA

Dos anos 1990 em diante é que vai se revelar um quadro mais nítido do processo de renovação ontológico (que se refere a sua existência em si, às relações de poder que o define) e epistemológico (referente ao conhecimento que produz, ao que se aplica), considerando a influência do ambiente político, econômico e cultural definido pela globalização e a revolução tecnológica/informacional (CASTELLS, 2003), o chamado meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1994, 1996), e do ambiente interno à geografia, com a crescente assimilação e popularização de uma literatura que propõe a renovação na forma de produzir conhecimento e no entendimento sobre as relações sociais de poder, influenciando no quadro de temas e conceitos trabalhados.

RENOVADORES

Pioneiros na renovação: Milton Santos e Bertha Becker

Milton Santos, em 1992/1993, é um dos pioneiros a dar clara voz a ideia de renovação epistêmica do território quando traz à luz a ideia de “retorno”. Esse retorno refere-se à superação da concepção da Modernidade que o vinculava ao Estado (premissa dos conceitos puros) e à admissão da ideia de uso do território, um híbrido, pois contempla objetos e ações (fixidez e fluidez) e, no plano relacional e escalar, as horizontalidades (lugares contíguos) e verticalidades (lugares em rede). Essa renovação passa pela concepção de dialética do território como a dissociação do controle político (distante) em relação ao controle técnico (local). Aceitando essas premissas, esse texto já traz uma clara aposta na ideia de um território em rede e assume a perspectiva multiescalar sobre os processos socioespaciais.

Becker (1999), por seu turno, aprofunda a aposta na perspectiva da multidimensionalidade do território, considerando, sobretudo, o contexto brasileiro e amazônico. Em sua análise do processo de gestão territorial que se refere à instrumentalização do território conforme estratégias de dominação via planejamento público e iniciativas privadas, a autora vai tratar dos vetores ecológico (variável ambiental) e do tecno-industrial (dos circuitos espaço-temporais do consumo básico, dos negócios e do poder). A autora segue também em uma linha de compreensão das estratégias e formas de governo e poder no/do território,

com a retomada da área de estudos da Geopolítica com um novo sentido dado ao território através da Logística. As mudanças da revolução científico-tecnológica passam a ser incorporadas à inteligência militar-estatal em busca de maior velocidade e capacidade de controle territorial.

Rogério Haesbaert e a des-re-territorialização

Um dos autores a participar desse movimento de recuperação do conceito foi Rogério Haesbaert (1997, 2004, 2014), sobretudo na linha de estudos da desterritorialização. O autor se envolve, inicialmente, com o estudo dos processos migratórios internos e assume, no território e sua multidimensionalidade (político-jurídica, econômico-material e cultural-simbólica), chave-explicativa para tratar dos movimentos de saídas e entradas de populações. Desse enfoque advém o conceito de des-territorialização. Des-territorialização, palavra bárbara reconhecida na obra de Deleuze e Guattari (2008), apreende os processos de construção e destruição de territórios em um sentido de dominação física e apropriação simbólica, com constante enraizamento, desenraizamento e reinserção.

O desenvolvimento tecnológico (TIC) propicia a formação de territórios e territorialidades em rede (ou territórios-rede), não contíguos e articulados à distância, através de uma desterritorialização como sinônimo de deslocalização de investimentos e integração financeira global. Essa desterritorialização também pode ser sinônimo de precariedade e expulsão pela perda de condições materiais de sobrevivência. Como sempre há a busca pela reconstrução das pessoas e grupos por vínculos territoriais alhures, o que ocorre é o movimento constante e incessante de des-re-territorialização. Assim, forma-se as multiterritorialidades como explicação para a possibilidade contemporânea de estar em contato com vários territórios ou acompanhar a sucessão ou coexistência de diversos tipos de territorialidades nas cidades.

Em obras mais recentes, Haesbaert (2010, 2014) trata das nações de transterritorialidade e contenção territorial. Contenção territorial em um sentido de se criar um efeito de fechamento parcial ou cercamento, com efeito-barragem e de fronteira artificial para contenção do fluxo de pessoas, sobretudo imigrantes, refugiados ou moradores de bairros pobres e violentos, grupos tidos como perigosos, ilegais ou indesejáveis pelas elites econômicas imersas nestas sociedades de segurança. Define-se, assim, além da reclusão territorial, a exclusão socioterritorial de populações que passaram a viver a desterritorialização como aglomerados de exclusão (HAESBAERT, 1995). Seria o contexto da sociedades e poderes de segurança (em substituição às sociedades disciplinares), sob égide da biopolítica ou do biopoder, com controles contínuos, ilimitados e de rápida rotação,

como ocorre com os condomínios residenciais fechados e a colocação de muros e barreiras em favelas. Já, a transterritorialidade envolve grupos que estabeleçam raízes e identidades em convivência entre duas realidades territoriais, como é o caso dos “Brasiguaios” (HAESBAERT, 2014). Pode ser também o exemplo de projetos de infraestrutura (como é o caso da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional) de que reúnem e afetam diversos países fronteiriços ou vizinhos.

Marcos Aurélio Saquet: multidimensionalidades e desenvolvimento no/do território

Saquet (2007a, 2010, 2014) vem estudando as questões territoriais desde inícios dos anos 2000. O autor refere-se ao movimento que chama de T-D-R (Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização), mas centra sua análise nas relações de poder que perpassam os indivíduos, famílias, grupos, empresas e Estado. Soma-se a isso o aspecto (i)material do território e na multidimensionalidade, o E-P-C-N (Econômico, Político, Cultural e a base Natural). Na concepção do autor, o território se configura enquanto um campo de forças, de lutas sociais, modificando-se no tempo (temporalidades) e espaço pelas relações de poder entre atores e grupos por meio de suas territorialidades cotidianas. O autor destaca em sua abordagem o aspecto relacional, processual e multiescalar do desenvolvimento e do território, tentando avançar no entendimento dos “fatores e características multiformes da vida cotidiana, no campo e na cidade, no rural e no urbano” (SAQUET, 2007a, p. 131).

A luz de Dematteis e Governa (2003), Saquet destaca também a importância da identidade territorial e coletiva nos processos de desenvolvimento, referindo-se à coerência interna de cada lugar, ao processo histórico a envolver tradições memórias e atitudes e às projeções futuras dessa identidade. Estaria sendo valorizada uma espécie de territorialidade ativa, um patrimônio herdado do passado, uma organização social para a conquista da autonomia em sistemas locais (GOVERNA, DANSERO, , p. 152 apud). E isso se reverte no desenvolvimento territorial, que não se resume ao processo burocrático, político-institucional e centralizado de transferência de recursos, mas à construção participativa entre os diferentes sujeitos considerando suas necessidades, projetos, territorialidades, temporalidades e a conquista da autonomia (SAQUET, 2007a, 2007b).

Em sua análise da história do pensamento sobre o conceito, contida em obras diversas, Saquet (2006, 2008, 2009, 2013), ressalta o princípio do materialismo histórico e dialético na renovação da abordagem territorial, tratando dos processos históricos envolvendo a sociedade e a natureza exterior ao homem. Os sujeitos históricos contêm a síntese da

unidade dialética entre natureza e sociedade, a realidade geográfica entendida como rede de relações entre fenômenos coexistentes e resultado do processo histórico de humanização (SAQUET, 2006, 2007, 2013).

Conquanto, território e territorialidade se baseiam nos seguintes princípios: **1) Relacional:** em interações e relações de poder, em diferentes atividades cotidianas que se revelam na construção de malhas, nós e redes; **2) Multidimensional:** que se apoia nas dimensões sociais política, econômica, cultural (simbólica ou imaterial) e na natureza exterior ao homem (E-P-C-N); **3) (I)material:** é objetivo e subjetivo ao mesmo tempo; **4) Pluriescalar ou multiescalar:** são das interações horizontais e verticais que conectam lugares e pessoas, configurando uma geografia reticular; **5) Vinculado à uma práxis voltada para o desenvolvimento:** pesquisas e projetos de desenvolvimento pensado em uma perspectiva dialógica e participativa. O autor concebe que o *retorno do território*, baseado em Becattini (2009), seria pela reconstrução da comunidade local, um percurso que envolve conhecimento, representação e cuidado com os bens territoriais, fortalecendo-se a consciência de lugar dos habitantes e produtores da sociedade local (SAQUET, 2013; SAQUET et. a, 2012).

Bernardo Mançano Fernandes e os territórios múltiplos

Bernardo M. Fernandes renova a abordagem territorial partindo de uma crítica ao modismo e superficialidade contemporâneos no trato com o conceito por conta da busca - na Geografia - de se definir indivíduo-grupo-comunidade e sociedade em um mesmo contexto geográfico (sob forte influência da geograficidade de Milton Santos), e, também, sua popularização em outras áreas do conhecimento ao ser utilizado como conceito central em políticas públicas e privadas no campo, cidades e floresta, associadas às empresas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais, políticas que criam resistências e constante conflitualidade (uno-diverso, consenso-crítica, regra-conflito, padrão-variedade, centralização-fragmentação) (FERNANDES, 2009).

O território também se apoia em diferentes funções e relações sociais que se mesclam, as multiterritorialidades, e também é formado pelos fixos e fluxos; fixos como condições físicas e materiais, e o fluxos os espaços relacionais e normativos. Desse modo, o conceito se comporta através de três manifestações, três tipos distintos e interdependentes de territórios: o primeiro território, os espaços de governança da nação, organizado em escalas ou instâncias (estados/províncias, departamentos, municípios) e onde se produzem as relações das classes sociais; o segundo território, definido pela propriedade como espaço de vida, que pode ser particular ou comunitária (capitalistas ou não-capitalistas, caráter

jurídico), sendo caracterizadas por seu valor de uso e de troca (ex.: territórios indígena, quilombola, camponeses, de moradia), definindo (multi)territorialidades rurais e urbanas; o terceiro, o espaço relacional que incorpora os dois tipos de territórios anteriores (fixos e fluxos), as propriedades fixas e móveis e movimentos de expansão e refluxo, sendo formado pelos territórios (i)materiais do controle, domínio e construção do conhecimento, relacionando ciência e política com base em conceitos, teorias e ideologias (FERNANDES, 2009).

Anteriormente, o autor fizera estudos sobre o processo de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), envolvendo a resistência à territorialização do capital (monopólio do território) e os conflitos fundiários daí decorrentes, um exemplo típico de movimento socioterritorial. A territorialização (em texto de menor acentuação teórica) aí aparece como inserção, ligação e identidade com o território, território como direito à vida e à reprodução social. Para Fernandes (1998), a territorialização do MST se dá por um processo de construção de um espaço de socialização político que vai sendo elaborado em três etapas de territorialização: da gênese/nascimento do movimento (1979-1985), com as comunidades eclesiais de base e movimento diversos do campesinato (ex.: posseiros); a consolidação (1985-1990), com a organização de uma estrutura básica, definição de setores prioritários e conquista de espaços/frações do território; a institucionalização (1990-1999), com a ampliação para os estados da estrutura representativa básica e fortalecimento de um movimento de resistência do campesinato sem-terra, através de ocupações de terras, que incentivou o governo federal uma política fundiária, ou política nacional de reforma agrária (mesmo que tímida), oficializando antigas ocupações como assentamentos rurais (FERNANDES, 1999). Desse modo, um movimento socioterritorial, segundo o autor (FERNANDES, 2005, p. 31), “têm o território não só como trunfo, mas é essencial para sua existência”. Movimentos camponeses, indígenas, empresas, estados e sindicatos podem ser constituir em movimentos socioterritoriais (ou socioespaciais) já que se territorializam pelas dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes e demandam um determinado espaço de atuação.

Marcelo Lopes de Souza e os ativismos no/do território

Marcelo L. de Souza (1995), por seu turno, é um exemplo na Geografia brasileira de autor que promove a ideia de territórios/territorialidades flexíveis/móveis e cíclicos nas áreas urbanas. O cerne da análise de Souza se encontra no conceito de autonomia e na crítica da concepção tradicional e moderna de desenvolvimento. O autor inicia sua análise tratando dos ativismos de bairro e as relações de poder que ensejam (SOUZA, 1988).

Em texto de 1995, na coletânea “*Geografia: conceitos e temas*” (CASTRO, GOMES e CORRÊA, 1995), Lopes de Souza inicia colocando o território como definido e delimitado por e a partir de relações de poder, poder que jamais é propriedade de um indivíduo e se exerce em grupo. A primeira tarefa seria, pois, despi-lo do manto de imponência e carga ideológica que o associa ao território nacional. A segunda, seria buscar ampliar seu alcance social em uma visão crítica sobre a questão do desenvolvimento. Em texto de 2009, na coletânea “*Território e territorialidades (...)*” (SPOSITO, SAQUET, 2009), o autor vai abordar as várias dimensões que definem um território/territorialidade, afirmando que “conquistar ou defender pode ser de cunho cultural ou econômico, nem sempre de ordem estritamente política e estratégico-militar” (p. 60). Além disso, o território é, ao mesmo tempo, material e imaterial e, no sentido dado pelo autor, faz-se necessário descoisificá-lo da visão clássica e geopolítica que o identifica com um substrato espacial material delimitado por fronteiras e limites físicos, uma alusão a qualquer pedaço de superfície terrestre (2013).

Território incorpora, na verdade, a projeção espacial das relações sociais de poder em espaços concretos, incorporando realidades espaço-temporais e campos de força diferentes da fixidez das fronteiras estatais, com a resistência dos oprimidos e suas táticas inscritas espacialmente em escalas menores, como a dos micropoderes e microfísicas do poder de Certeau (1996) e Foucault (1984, 1986, 2008). Descoisificar um território é considerar que ele pode e deve ser tratado em diferentes escalas e situações, como na perspectiva dos territórios móveis de Robert Sack (1986) e das territorialidades cíclicas de Souza (1995), com a usos diurnos e noturnos diferenciados em logradouros como as praças públicas. Seria, segundo Souza (2013), classificar territórios de diferentes maneiras conforme as variáveis tempo (existência) e a presença/ausência de contiguidade espacial, podendo surgir territórios, como afirmações primárias e identidade e reprodução de uma subcultura, para uma gangue de jovens ou tribo urbana.

Assim, outro elemento fundamental do processo de territorialização/desterritorialização, ou seja, do exercício de relações de poder e projeção das relações no espaço é quanto à possibilidade de se falar/pensar em territórios e territorialidades autônomas, não definidas pela imposição da lei da cima para baixo, de fora para dentro, mas pela possibilidade de um grupo autogovernar-se e autogerir-se, livre de hierarquias institucionalizadas e assimetrias de estruturas de poder (2013). Territorialidades baseadas em sociedade autônomas, como os exemplos de ativismos de bairro, que logram defender e gerir livremente seu território pautado na identidade cultural e na igualdade de acessibilidade aos seus recursos (1995).

Autores em diálogo com a obra de Milton Santos

A luz da teoria de Milton Santos, se desenvolveu em torno de alguns autores e orientandos reflexão sobre os usos do território e conceitos correlatos. Em Cataia (2011) demonstra-se a evolução do conceito de território de uma conotação de ordem jurídica estatal, apoiada no Estado territorial e suas fronteiras (concepção de território como receptáculo natural), em direção à concepção de território como abrigo. Inicialmente fora tratado por Ratzel em um sentido de proteção do solo e seus recursos contra as violações vindas de fora e, em um segundo momento, defendido por Gottmann (1973), inicialmente, como vinculado à soberania de um Estado-nação em seu território (soberanias exclusivas) que estariam cedendo espaço no mundo ao território como recurso, devido às expansões políticas e comerciais, diásporas e circulação de capitais e homens que configuram uma nova cartografia em rede.

Assim, chegar-se-ia à concepção de uso do território ou território usado, “resultado do processo histórico, quanto base material e social das novas ações humanas” (BERNARDES et al., 2001, apud CATAIA, 2011, p. 122). Em Santos (1994), território usado aparece como às ações que dinamizam as formas (materiais ou imateriais) e estas, em resposta – como um *prático-inerte* (existência material ou formas geográficas) –, condicionam as ações posteriores. O território usado seria a combinação de uma dimensão métrica/geométrica e outra social (CATAIA, 2011). Em outro texto, Cataia (2013) relaciona o conceito de território usado com as articulações federativas que definem processos de centralização e descentralização. Trata-se de um território não somente hegemônico pelo Estado-nação centralizado, reverberando também a demanda locais/regionais e dos cidadãos, sendo assim, um território conflitivo e com papel ativo na constituição dos pactos socioterritoriais.

Maria Laura Silveira aprofundou, junto de Milton Santos (2001), o conceito de território usado (além da definição anterior referente ao nome político de um país), considerando a implantação de infraestruturas e o dinamismo da economia e da sociedade, envolvendo os movimentos (população), distribuição (das atividades), arcabouço normativo e o alcance/extensão da cidadania. Além disso, a autora desenvolve a conceito de especializações territoriais produtivas, associadas à formação de circuitos espaciais de produção pela “agregação de atividades similares ou complementares resultantes do exercício de uma divisão (*territorial*) do trabalho mais competitiva e dos intercâmbios resultantes entre essas áreas” (SILVEIRA, 2011, p. 4).

Mônica Arroyo (2004), outra autora dessa linha, afirma que há uma convergência histórica entre Território, Estado e Mercado, um dando amparo para a consolidação do outro,

consagrando-se a unidade política e nacional-cultural e a circulação econômica capitalista (mercantilista a princípio), definindo-se o modelo dos Estados territoriais. Na América Latina, os Estados territoriais se formaram enquanto territórios coloniais séculos depois nas condições “de fora-para dentro” diante da expansão mercantilista dos Estados territoriais europeus. Outrossim, autora se especializa no estudo dos circuitos espaciais de produção nos quais o território passa a ser definido como fragmento de um todo definido pela especialização produtiva e as normas, regulamentos e saberes que controlam esse determinado uso territorial. Ricardo Castillo e Samuel Frederico (2010) seguem também na linha dos circuitos e redes espaciais produtivos concebidas como um tipo de uso econômico e setorial do território e pelos vetores tecnológicos que viabilizam e interconexão à distância.

A abordagem das microterritorialidades e territorialidades descontínuas

Uma outra linha de análise renovadora se coloca na análise das microterritorialidades e microterritorializações geográficas, sob a dinâmica geral das multiterritorialidades da dinâmica contemporânea dos grupos sociais. Benhur Pinós da Costa (2007, 2012, 2013), um dos mais profícuos autores nessa linha, explora uma dimensão de território em escalas pequenas do espaço urbano e que também é reconhecido como espaço de resistência, alteridade e de representação e expressão simbólico-cultural genuíno. O autor (2007, 2012, 2013) trata das microterritorialidades ou microgeografias territoriais, com atenção às territorialidades e identidades territoriais de grupos e tribos sociais nos espaços urbanos, com as características de ocorrerem em escalas variáveis e serem efêmeras no tempo e espacialmente flexíveis, inclusive podendo se comportar como territórios-rede (FUINI, 2017).

As microterritorialidades, com especial ênfase nos grupos e comunidades homoafetivas e homoeróticas, envolvem a territorialização das convivências em pequenas partes (apropriadas) do espaço social, representando, ao mesmo tempo, a existência territorial como controle dos desviantes em relação às normas e padrões vigentes; por outro lado, emergindo um espaço delimitado de autenticidade, refúgio de autenticidade relacional por entre as perspectivas objetivas do mundo social (COSTA, 2012).

Há também uma linha de análise das territorialidades móveis e cíclicas (SOUZA, 1995) vinculadas à prostituição (MATTOS, RIBEIRO, 1996). São territorialidades descontínuas pois trata-se de um território definido pela forma com que o grupo exerce seu controle sobre o espaço e a circulação dos indivíduos, definindo a fronteira entre *insiders* (que partilham do cotidiano) e os *outsiders* (os usuários dos serviços). Segundo Ribeiro e Mattos (1996), no

estudo das áreas de prostituição no Rio de Janeiro, a delimitação dessa fronteira nos espaços públicos é simbólica pois resulta das disputas pela legitimação da posse e exclusividade de uma área, a territorialidade. Para os travestis é ainda mais difícil, segundo Ornat e Silva (2014) em estudo do Rio Grande do Sul, pois a hetero-normatividade como regra de uso dos espaços urbanos implica uma condição de clandestinidade na relação usuário-profissional que marca a condição de territorialidade cíclica e descontínua, a busca de reconhecimento social também da condição do indivíduo-coletivo desviante e sua territorialidade heterotópica.

Na perspectiva de territorialidades híbridas (*não definidas por apenas uma dimensão e escala*), Turra Neto (2004, 2012) desenvolve pesquisas no âmbito das (micro) territorialidades urbanas, enfatizando os grupos juvenis. Ao estudar os movimentos punk e hip-hop em cidades paranaenses (Londrina e Guarapuava), o autor se engaja na concepção antropológica de socia[bi]lidade como agregação em torno de um espaço. Dialogando com Maffesoli (1987) e Carrano (2003), afirma-se que o 'cimento' que liga o grupo é uma inscrição espacial que define o poder de se desenvolver, uma sociabilidade proxêmica (de agrupamento) que deixa rastros, o território. Essa sociabilidade contextualizada no espaço-tempo da cidade liga jovens de diferentes pontos para se encontrarem pelo acesso aos bens culturais, e estes se identificam com referências globais e se articulam conforme as possibilidades do lugar, ocorrendo uma territorialização em rede ou multiterritorialidades (FUINI, 2017).

OLHARES CRÍTICOS: NEM TÃO MODERNO, NEM AINDA PÓS-MODERNO

Na categoria de contrapontos críticos aparecem autores que exploram aspectos sobre o território, sobretudo em viés aplicado, que não haviam sido demonstrados ou denunciados outrora, sob o predomínio da moderno sistema-mundo colonial, da modernização conservadora ou da luta pela conquista da emancipação via o acesso a um território/territorialidade para existência e sobrevivência. Nesse sentido, os autores aqui reunidos se colocam na interface entre uma análise crítica de modernidade, em termos sociais, econômicos e políticos, e a busca de uma ruptura com certos cânones da racionalidade ocidental, mas sem um rótulo pré-definido de encaixe em uma categoria de definição cultural e temporal.

Seria o que Maffesoli (2005 [1992]) afirma sobre o estar na modernidade. Trata-se de uma experiência de viver entre ordem e a desordem, entre o caos e estabilidade, longe da ideia de racionalidade perfeita, da solidariedade mecânica do progresso, da unificação e da

sociedade programada, dos séculos XVIII-XIX. O questionamento, portanto, ressignifica a modernidade como um campo de constante conflito e embate, sobretudo para os países da periferia (ou semiperiferia colonizada). E, segundo o autor, o propósito da pós-modernidade, seria o momento (contemporâneo) de reencantamento (remaginificação) com o mundo, quando há o reencontro da natureza e cultura, ciência e arte, razão e emoção, com a fragmentação das identidades tradicionais (sexual, ideológica e profissional), com constante pluralização e tribalização da política.

Carlos Walter Porto-Gonçalves e as territorialidades emancipatórias

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2008) discorre sobre a necessidade histórica de constituição de territórios e territorialidades pós-coloniais que rompam com o modelo de colonialidade do poder e do saber do Moderno sistema mundo colonial e eurocêntrico. Portanto, sua crítica ao paradigma da modernidade (sobretudo ao pressuposto da colonialidade) não se fia em uma adesão à vertente da pós-modernidade. Em artigo de 1996, sob pano de fundo da Geopolítica do desenvolvimento sustentável, o autor define o território pelas identidades coletivas que estabelecem um espaço tornado próprio pelos seres que a instituem. Seria a forma como as sociedades marcam a terra e dão significado à realidade social, geo-grafam a vida.

O autor chama de crise/tensão de territorialidades, ou de lógicas territoriais, o momento atual de apogeu da modernidade e de uma concepção de Geografia, Território e Região vinculada à uma certa historicidade de configuração sociogeográfica com as delimitações espaciais. O autor propõe desnaturalizar e dessubstancializar o conceito pois território implica diferentes territorialidades e processos de territorialização de segmentos sociais que não participam da mesma forma dos processos instituintes (PORTO-GONÇALVES, 1996).

Em artigos diversos dos anos 2000, Porto-Gonçalves (2002, 2003, 2006, 2008), se pauta inicialmente em uma crítica ao eurocentrismo, propondo a desprovincianização da razão e a construção de lugares com base em uma *episteme* emancipatória. Seria, portanto, uma reinvenção do território, não só como lugar destinado pela ordem moderno-colonial na divisão internacional do trabalho, mas como lugares de resistências e re-existências de racionalidades subalternizadas, como a de camponeses e povos originados de afrodescendentes. Para Porto-Gonçalves (2006), há novas conflitividades se sobrepondo às antigas, por meio da imbricação de temporalidades e escalaridades distintas, territorialidades de liberdade que sejam oportunidade histórica do protagonismo político

local/regional, uma lógica relacional que valorize a pluralidade de territorialidades e concepção de coletivo-comunitária em relação à de propriedade privada. Desse modo,

[...] a dimensão territorial salta à vista nos dias que correm, exatamente quando se vê que o Estado (territorial) entra em processo de redefinição com o realinhamento dos diferentes grupos/classes/estamentos que se fizerem por meio dessa territorialidade que é o Estado Nacional. Aníbal Quijano (2000[a]) tem chamado a atenção para o fato de que hoje estamos diante de Estados que des-nacionalizam e se des-democratizam, sobretudo na América Latina, ao serem capturados por setores/grupos/classes que se fazem por meio de uma outra territorialidade que não o Estado-Nação nesta quadra histórica onde se constitui um novo padrão de poder mundial (Império/Imperialismo) (PORTO-GONÇALVES, 2003, s/p).

Ariovaldo U. de Oliveira e a territorialização monopolista

Ancorado também em uma lógica moderna, Oliveira (1996, 1999, 2012), em textos dos anos de 1990, ressalta que o território, no contexto da agricultura brasileira, é produto concreto das lutas de três classes fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. A industrialização agrícola, historicamente, levou à territorialização do capital, sobretudo dos monopólios, com os capitalistas/proprietários concentrando a renda capitalista da terra. E, também subordina e apropria-se da renda da terra camponesa (agricultura em expansão), transformando-a em capital através da monopolização do território, sem territorialização efetiva (OLIVEIRA, 1999).

Desse modo, a industrialização da agricultura estaria eliminando gradativamente a separação cidade e campo, o rural e o urbano, tendo o capital monopolizado o território dos camponeses com seus liames técnicos e normativos (OLIVEIRA, 1996). Articulando com a temática da mundialização, Oliveira (2012, p. 1) conclui que:

A mundialização atua na agricultura através dos processos de territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios. O primeiro atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. O segundo é desenvolvido pelas empresas de comercialização e de processamento industrial, que sem produzir no campo, podem controlar fazendeiros capitalistas e camponeses através de mecanismos de subordinação.

Ao tratar o território como produto concreto da materialidade capitalista e definido pelo poder capitalista, Ariovaldo Oliveira caracteriza a dimensão econômica do território, articulando capital e Estado ao se apoiar em uma visão moderna e marxista da realidade social e espacial. O autor também destaca, em seu vocabulário agrário, o processo ou dinâmica de se construir e mobilizar território, a territorialização capitalista via industrialização agrícola.

Iná Elias de Castro: Território e cidadania

Castro (2003), trata, em especial, dos aspectos territoriais vinculados ao exercício da cidadania de acordo com a distribuição do quadro institucional que viabiliza (ou não) os espaços de participação político-democráticos. Assim, é possível falar em cidadania territorialmente desigual devido à distribuição desigual de recursos institucionais (que podem ser lidos como direitos sociais) à disposição da sociedade nos municípios do país.

Atualizando o debate sobre a geografia política, em especial no Brasil, Castro (2005) define o território, afeito à uma visão moderna e crítica, como a base material e simbólica da sociedade e sua centralidade se coloca no âmbito da política, no nível das tensões produzidas na relação entre espaços territorializados pelas inércias dinâmicas (SANTOS, 2002) - que constituem sua base material – e as ações e usos sociais; e da ação dos atores institucionais em diferentes escalas. Considerando-se os rearranjos socioespaciais no cenário da globalização do capitalismo, o território se comporta como a arena privilegiada dos conflitos e opções, situando, na perspectiva de sua organização pelo Estado, como nível de influência das esferas da economia global e nacional e qualificando-se como um “espaço de lugares” conectado e influenciado por um “espaço de fluxos”.

Desse modo, a organização política do território brasileiro é percebida através dos níveis da administração pública (poder central e instrumentos de intervenção) e os interesses que se organizam nos locais e regiões (regionalismos) e se confrontam com a tendência estatal homogeneizadora (disputa unidade x fragmentação). Além disso, há a estratégia territorialista e excludente da elite política que controla variáveis-chave (população e território) e garante o controle da representação através da legislação eleitoral. Portanto, não se pode falar em exercício da cidadania sem tratar das bases institucionais da democracia e sua territorialidade, ou geografia territorial (CASTRO, 2005, 2013). Em suma, a autora vem desenvolvendo, desde os anos de 1990, uma agenda de pesquisa sobre o federalismo brasileiro e seus conteúdos ou impactos territoriais (CASTRO, 1997). Eis um trecho a sintetizar esse quadro de ideias:

O pacto federativo é, por definição, um pacto de base territorial, no qual grupos localizados organizam-se em busca da harmonização entre suas demandas particulares e os interesses gerais. Há, portanto, uma constante tensão nesse pacto, cabendo aos arranjos institucionais acomodar estes interesses e controlar os conflitos (CASTRO, 1997, p.33).

PERMANÊNCIAS: UM CERTO APEGO À MODERNIDADE

Uma linha de análise do conceito vincula a produção do território brasileiro às formações históricas (ou socioespaciais) e às heranças concretas e seus discursos, ideologias e projetos vinculantes. Essa linha, identificada com autores como Antônio Carlos R. Moraes e Manuel Correia de Andrade, estabelecem a centralidade do Estado-nação (Estado territorial) na leitura do território e sua estruturação político-administrativa em contextos regionais periféricos. Apoiando-se nos ciclos de longa duração do capitalismo, esses autores balizam suas análises no processo de valorização e produção do espaço originado da expansão marítimo-colonial e surgimento de territorialidades periféricas nos séculos XVI-XVII, início da modernidade eurocêntrica.

Antônio Carlos R. Moraes: formação territorial e Estado-nação

Em obras dos anos 2000, Moraes (2000) esclarece sobre a construção moderna do conceito vinculado à figura administrativa militar. O território, conforme a tradição *ratzeliana* (herdada das ciências naturais), é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano e pelo controle político do espaço. A territorialidade é caracterizada pela soberania exercida sob certa parte da superfície terrestre vinculada à ideia de conquista de espaço pelo Estado-nação. Assim, o conceito de território ficou, inicialmente, ficou vinculado à geografia política e geopolítica. O conceito é resgatado nos anos de 1960, com sua repolitização no movimento de renovação da geografia, cabendo uma reflexão econômica política aplicadas aos usos sociais do território.

Desse modo, o autor qualifica o conceito de território através de duas categorias: formação territorial e Estado territorial. A primeira, relacionada aos conjuntos espaciais resultantes de construções históricas de ordem bélica, jurídica e ideológica, também “um processo cumulativo que articula os resultados de formas de sociabilidade não necessariamente contínuos e sincrônicas (heranças espaciais locais e características do meio natural)” (MORAES, 2002, p. 66). Trata-se de uma construção eminentemente política, pois que marcada por uma elaboração ideológica e discursiva à guisa de pactos e disputas sociais (Moraes, 2000). Já, o Estado moderno, o Estado nação ou Estado territorial, é definido pela centralização do poder em uma territorialidade tipicamente moderna (século XVI), uma forma de Estado específica e historicamente localizada como espaço demarcado de exercício do poder, uma jurisdição. Para Moraes (2000), o Estado é condição indissociável da construção/formação dos territórios que se pautam, sobretudo, no controle político de um âmbito espacial e na definição de um tipo de identidade territorial baseada na consciência, representação e autolegitimação da soberania estatal.

Manuel Correia de Andrade: ocupação histórica do território

Para Andrade (1995), autor de extensa e diversificada obra na Geografia e Ciências sociais, o território ao mesmo tempo em que é definido por um tipo de consciência dada pelas pessoas que nele habitam e se relacionam, a territorialidade, é também um conceito associado à forma de administração das fronteiras e da própria ocupação. Está ligado à ideia de poder, que pode ser a público-estatal ou empresarial ou mesmo como espaço dominado e ocupado nas relações entre classes. Abre-se assim a compreensão multidimensional do território, mas, no caso brasileiro, o território é historicamente marcado pela consciência de nação associada à territorialidade estatal.

Desse modo, a transformação de espaço em território brasileiro, processo chamado de produção do território, ocorre pelo povoamento (territorialização) que delinea uma divisão do território em estados brasileiros caracterizando a desigualdade do desenvolvimento. O território brasileiro seria marcado por forças centrífugas, que favorecem sua fragmentação e desmembramento, e as forças centrífugas, que favorecem sua integração no governo central. Reconhece-se que o autor apresenta um olhar mais atento à questão territorial e do poder a partir dos anos de 1980, conforme atesta Saquet (2010) sobre a obra de Andrade (1984).

Ampliando o repertório territorial para além dos limites da geografia política clássica, Andrade (2002 [1994]) afirma que a expansão do território, ao mesmo tempo em que afirma um tipo de territorialidade (a hegemônica do Estado ou do capital empresarial), provoca a desterritorialidade dos grupos prejudicados por esse processo, a exemplo dos indígenas no território brasileiro em relação ao Estado colonial português.

Dessa divergência espacial dos contrários, surgia a reação central à desterritorialidade e à integração com a formação de novas territorialidades, novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território. Concepções que tem fundamento de caráter econômico, mas que também tem uma conotação antropológica e social (ANDRADE, 1994, p. 215).

O ADVENTO DA LÓGICA PÓS-MODERNA

A discussão aqui travada é entender como o período histórico reflete em certos sentidos sobre o arcabouço do conceito de território. Ainda mais quando consideramos sua origem como prática social e como projeto imanente à modernidade erigida na figura do Estado-nação, da ciência e da razão renascentista e iluminista e da economia capitalista e a tecnologia industrial (GOMES, 1996). Duas questões absorvem os geógrafos quanto ao sentido da transição: o apego ou não ao exclusivismo estatal na definição dos contornos

territoriais; e a visão ortodoxa que filia o conceito à uma certa meta-teoria ou narrativa explicativa (positivismo, historicismo, marxismo).

Seria preferível, portanto, falar de uma transição ou estado de transição (BERMAN, 2007; HARVEY, 1989), pois, poucos autores assumem um ou outro lado do debate ou se servem desse rótulo classificatório. Há aqueles que se inspiram e se encantam mais com essa renovação e apoiam sua análise territorial em filósofos e cientistas sociais que vão além dos cânones do estruturalismo positivista ou marxista, aderindo alguns à abordagens culturalistas e subjetivistas. Um grupo intermediário não se serve das abordagens disponíveis e busca uma virada “epistêmica” e “política” que gere um discurso autônomo e pós-colonial; e um terceiro que nega veementemente a crise da modernidade e desqualifica as teorias pós-modernas como discursos do individualismo contemporâneo, da anarquia epistemológica e neoliberalismo político-econômico.

Haesbaert (2004), por exemplo, analisa o comportamento territorial na lógica pós-moderna. Primeiramente, em relação à concepção de desterritorialização sob o enfoque multidimensional (econômico, político e cultural). Outro pressuposto sobre territórios/territorialidades pós-modernas presente em Haesbaert (2014) decorre da contraposição de um formato de territorialização pautado em sociedades disciplinares, vigente do século XVIII ao início do século XX, para o formato de sociedades de segurança ou de controle emergentes desde o pós-2ª. Guerra. Traria o território pós-moderno de controle a imagem do território-rede, espaço liso do império do capitalismo globalizado de redes flexíveis moduláveis e identidades híbridas, móveis e flexíveis, ante o território moderno, o território-zona do espaço estriado das instituições disciplinares, das modelagens fixas (espaços fechados) e identidades padrão (HAESBAERT, 2014).

Moraes (2002, 2014), no entanto, estabelece dois contrapontos críticos à hegemonia do pós-modernismo nas ciências humanas e sociais. Primeiro, adverte sobre os ditos modismos teóricos, vinculando globalismo e pós-modernismo, que propõe o antiestatismo, como as formulações de Michel Foucault, avaliado como veículo de legitimação da proposta neoliberal do Estado-mínimo (MORAES, 2002). Há também no pós-modernismo a ênfase nos processos culturais acompanhada de visões de sociedade centradas no indivíduo e agrupamentos sociais mais imediatos, elogiando-se a diferença e heterogeneidade. Assim, aproximam-se pós-modernos e neoliberais no centralismo da individualidade e diferença e na valorização da escala local do espaço vivido, abdicando das relações macropolíticas. Partindo do pressuposto que o pós-modernismo se baseia na tese de esgotamento do projeto moderno (pautado na autoridade estatal legítima e controle social que propõe

direitos sociais iguais), este projeto celebra a finalização de categorias e conceitos com os quais se pensava a realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente artigo, e da pesquisa bibliográfico-descritiva que o embasa, conclui-se que o conceito de território é definido, em sua retomada ou resgate no pensamento geográfico brasileiro a partir os anos de 1980, por uma pluralidade teórica e de método, tanto no embasamento filosófico usado quanto nos geógrafos abordados, ainda que mais fortemente identificado com uma geografia humana e política crítica. Outrossim, nos escritos de autores como Santos, Becker, Moraes, Haesbaert, entre outros, fica cada vez mais clara uma visão de processualidade histórica e de movimento multilocal. Nota-se também que passa a ser aceita, de forma crescente, a impressão espacial multi ou pluriescalar para referendar a circunscrição espacial do poder. Evidencia-se que a perspectiva territorial passa a ser aceita também no plano das territorialidades macro, meso e micro, e estas podem ser configuradas não necessariamente em planos zonais/areais, mas podem ser articuladas em redes e apresentar descontinuidade espacial. O político passa a estar cada vez mais imbricado com o econômico, o social e cultural, e o exterior ou meio natural entendido como elemento intrínseco à “armadura” territorial.

Na agenda a geografia brasileira, temáticas como geopolítica na Amazônia, povos tradicionais, migrações internas e movimentos sociais, estabelecem um diálogo da *episteme* do conceito, e a literatura internacional e nacional, com estudos de caso que o referendam como espaço delimitado pela apropriação e dominação e que apresenta comportamento específico no contexto de país periférico eivado de territorialidades marcadas pela segregação e desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e regionais. Desse modo, as posições paradigmáticas da modernidade e pós-modernidade, como a ideia de virada espacial e cultural e crítica aos limites territoriais rígidos e fixos (CLAVAL, 2014), são questionadas e nem sempre recebidas com otimismo, haja vista que partilham de concepções criadas pelo pensamento ocidental que nos legou, via colonização, as concepções de Estado-nação, soberania e de fronteiras. Ou seja, a própria modernidade.

Assim, por vezes ocorrem *insights* da geografia brasileira com a proposta de romper ou relativizar a modernidade, a luz da premissa de que territórios são também definidos nas práticas de comunidades, grupos (ou tribos contemporâneas) e indivíduos, em ações de fuga, resistência ou de conflito pela manifestação de identidades socioculturais no/pelo espaço (não somente através da macropolítica estatal) Na área de Geografia econômica, há

reflexões que associam território pós-moderno com o pós-fordismo e uma geografia de acumulação flexível (BENKO, 1996). Outros geógrafos advertem sobre os propósitos das concepções sobre pós-modernidade e pós-modernismo como negadores da historicidade do território e da importância das políticas estatais, vinculado a ideologias centralizadas no individualismo, liberalismo e relativismo contemporâneos. Há também outros produtores de conhecimento a pensar em um caminho alternativo ao desenvolvimento pautado nesses cânones ou demarcações do saber, em um propósito menos conservador, definido por uma agenda economicista, e mais identificado com os princípios de autonomia e emancipação dos povos e movimentos sociais em práticas de ativismos no campo e na cidade. A esse último corpo de trabalhos, pode-se vincular a vertente do pós-colonialismo na visão latino-americana em que território só faz sentido se produzido e impregnado pela vivência e existência dos povos e pelos saberes que subsidiam a produção/delimitação de suas territorialidades.

Nesse caminho metodológico, adotou-se uma certa perspectiva cronológica de descrição e análise dos autores e obras mais por uma questão de organização textual e lógica da sequência de surgimento dos trabalhos do que de uma aceitação linear do movimento histórico. É possível que alguns autores não tenham sido reconhecidos nesse excerto e outros ainda tratados de maneira genérica, como é o caso daqueles que analisam temáticas afins ao desenvolvimento, ordenamento e governança dos territórios (PIRES, 2007; DALLABRIDA, 2000; DALLABRIDA; BECKER, 2010; RUCKERT, 2003; SAQUET, 2007, 2015), mas esse artigo não se voltou ao detalhamento de agendas de pesquisa mas, antes, à identificação e caracterização do processo de resgate e retorno do território como centralidade nas pesquisas geográficas, em especial no Brasil, e as contribuições de renovação, contrapontos e de resistência/permanência em relação à uma linha de compreensão territorial moderna. E, por fim, seguindo a pista de De Certeau (1998 [1990]) se o espaço é um lugar da prática, espaço utilizado, o território é o espaço identificado e apropriado, e foi sua identidade contemporânea pautada na pluralidade é o que nos convidou a esse estudo.

AGRADECIMENTOS

O presente artigo é um dos resultados obtidos com projeto regular de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP, Processo n. 2015/17945-3, "*Território e Geografia no Brasil: uma contribuição à epistemologia e história*

do pensamento geográfico”. Agradecemos à FAPESP pelo auxílio e bolsas de treinamento técnico que subsidiaram a pesquisa que propiciou a obtenção deste material.



REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.
- _____. Comentários de Giorgio Agamben e debate final. In: BAUMANN, Zigmunt, **Archipiélago de excepciones**. Buenos Aires: Katz.
- ANDRADE, Manuel C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ANDRADE, Manuel C. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Massangana, 1984.
- _____. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: Os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA; SILVEIRA, Maria L. **Território: Globalização e fragmentação**. 5 ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 213-220, 1994.
- _____. ANDRADE, Sandra M. 2002. **A federação brasileira: uma análise geopolítica e geosocial**. São Paulo: Contexto, Série Pensando a Geografia, 2002.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. RJ: Bertrand, 1989.
- CALABI, Donatella, INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. **Revista Orientação**, USP, n. 9, p. 57-66, 1992.
- ARROYO, Mônica. Território, mercado e Estado: uma convergência histórica. **Geographia**, v. 6, n. 12, p. 49-66, 2004.
- BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- BECKER, Bertha K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr., 2010.
- _____. Tendências de transformação do território no Brasil: vetores e circuitos. **Território**, v. 1, n. 2, p. 5-17, 1997.
- _____. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E., et al., **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 271-308, 1995.
- _____. A Geografia e o resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 50, n. 2, p. 99-125, número especial, 1988.
- _____. El uso político del territorio: consideraciones a partir de una visión del tercer mundo. **Revista Geográfica de América Central**, v. 17/18, p. 13-26, 1982.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto L., ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: Um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, p. 83-132, 2001.
- CAMPOS, Rui R. **Breve histórico do pensamento geográfico brasileiro nos séculos XIX e XX**. Jundiaí, Paco editorial, 2011.
- CANCLINI, Nestor G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. SP: Edusp, 1997.

- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, UFU, v. 22, n. 3, p. 461-474, dez. 2010.
- CATAIA, Márcio A. Território usado e federação: articulações possíveis. **Educação & Sociedade**, Cedes, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1135-1151, out.-dez. 2013.
- _____. Território político: fundamento e fundação do Estado-nação. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, UFU, v. 23, n. 1, p. 115-125, abr, 2011.
- CARRANO, Paulo C. R. **Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará/Faperj, 2002.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo, Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Iná E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.
- _____. Instituições e território: possibilidades e limites ao exercício da cidadania. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 7-28, jul./dez. 2003.
- _____. Solidariedade territorial e representação: novas questões para o pacto federativo nacional. **Território**, v.1, n.2, Rio de Janeiro, UFRJ, Laget, p. 33-42, 1997.
- CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Tradução: Margareth C. A. Pimenta e Joana A. Pimenta. 2ª. Ed. Florianópolis, EdUFSC, 2014.
- _____. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- _____. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Niterói, UFF, ano 1, n. 2, 1999.
- DALLABRIDA, Valdir R., BECKER, Dinizar F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, Dinizar. F.; WITTMAN, Milton L., **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2. Ed., Sta. Cruz do Sul: Edunisc: 175-216, 2010.
- DALLABRIDA, Valdir R. Sustentabilidade e endogeneização: novos paradigmas para o desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F., BANDEIRA, Pedro S., **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos** (vol. 1). Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.
- _____., BECKER, Dinizar F. Governança Territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, Unijuí, v. , n.2, p. 73-98, 2003.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Em la encrucijada de la territorialidad urbana. **Bitacora-Urbano/Territorial**, v. 10, n. 1, p. 53-63, 2006.
- De CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ª. Ed. Petrópolis, Vozes, 1998.
- DIMÉO, Guy. **La Geographie en fêtes**. Paris: Editora Ophrys, 2001.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. 2004. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.
- FERNANDES, Bernardo M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (eds.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. SP: Expressão popular, p. 197-216, 2009.
- FERNANDES, Bernardo M. **MST: formação e territorialização**. SP: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo M. A territorialização do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-Brasil. **Revista NERA**, Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

FERNANDES, Bernardo M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Tese (Doutorado), São Paulo, Programa de Pós-graduação em Geografia humana, USP, 1999, 315 p.

_____. Entrando nos territórios do território. In: FERNANDES, Bernardo M. (ed.). **Campesinato e territórios em disputa**. SP: Expressão Popular, p. 273-302, 2008.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuições teóricas para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Unesp, v. 8, n. 6, jan./jun 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. SP: Martins Fontes, 2008.

_____. **Segurança, Território e População**. (*Curso dado no Collège de France (1977-1978)*). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos III: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 411-422.

Universitária, 2011.

FUINI, Lucas L. O território e suas variantes: uma incursão pela Geografia na pós-modernidade. In: **Memórias do XV Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL)**. Havana-Cuba: Universidad de la Habana, v. 1, p. 1-20, 2015.

_____. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 26, n. 1, p.: 221-242, 2017.

_____. Território e territórios na leitura geográfica de Milton Santos. **Brazilian Geographical Journal: geosciences and humanities research medium**, Ituiutaba, UFU, v. 6, p. 253-271, 2015.

GOMES, Paulo C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

_____. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, AGB-Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. RJ: Bertrand, 2014.

_____. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná E., et. al (eds.), **Geografia: Conceitos e temas**, 5ª. Ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 165-206.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

_____. ; RODRIGUES, Glauco B. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Geographia**, Niterói, UFF, 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. SP: Loyola, 1989.

JAMESON, Friedrich. Pós-modernidade e sociedade de consumo. **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n. 12, 16-26, 1985.

LEFÉBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, 2006 (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

MAFFESOLI, M. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. 3ª. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2ª. Ed. RJ: Forense, 1998 [1987].

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MORAES, Antônio C. R. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. SP: Anna Blume, 2011.

_____. **Território e história no Brasil**. SP: Hucitec/Anna Blume, 2002.

_____. **Bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Ideologias geográficas**. SP: Hucitec, 1988.

_____., COSTA, Wanderley M. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. SP: Hucitec.

ORNAT, Márcio J., SILVA, Joseli M. Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no Sul do Brasil. **Geosp-Espaço e tempo**, São Paulo, v. 18, n.1, p. 113-128, 2014.

COSTA, Benhur Pinós da. **Por uma geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade**. Tese (Doutorado) em Geografia, Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2007.

_____. As microterritorialidades nas cidades: reflexões sobre as convivências homoafetivas e/ou homoeróticas. **Terra Plural**, Ponta Grossa, UEPG, Mestrado em Geografia, 6 (2): 257-271, jul/dez. 2012

_____. Microterritorialidades: uma relação entre objetividade do espaço, cultura e ação intuitiva do sujeito. In: HEIDRICH, Álvaro L., et al., **Maneiras de ler: geografia e cultura**, Porto Alegre, Imprensa Livre-Compasso/Lugar/Cultura, p.47-68, 2013.

PIRES, Elson L. S. 2007. As lógicas territoriais do desenvolvimento: Diversidades e regulação. **Interações-Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, UCDB, 8, 2: 155-163, set.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia política e desenvolvimento sustentável. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, 11-12: 9-76, 1996.

_____. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana E.; SADER, Emir (Orgs.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

_____. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, José (org.), **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. Buenos Aires/Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Programa OSAL, 2003, 288 p.

_____. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana E., **Los desafios de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires, Clacso, p. 151-197, 2006, p. 217-256.

_____.; QUENTAL, Pedro A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Pólis-Revista Latino-Americana**, n. 31, p. 2-28, 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.), **La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000.

Parâmetros Curriculares Nacionais-Ensino Médio/PCN. Brasília: MEC, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. SP: Ática. 1993. [1980, 1ª. Ed.em Francês].

_____. **Della nostalgia del território al desiderio di paesaggio: elementi per una teoria del paesaggio**. Firenze: Alinea, 2005.

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (org.), **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. SP: Expressão popular, p. 17-36, 2009.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio C. R., **Ratzel**. SP: Ática, p. 32-107, 1990.

RIBAS, Alexandre Domingues, SPOSITO, Eliseu Savério, SAQUET, Marcos Aurélio (org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, v. 1, 175p., 2004.

RIBEIRO, Miguel A. C., Mattos, Rogério B. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Território**, v.1, n. 1, p. 59-76, 1996.

RUCKERT, Aldomar. **Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no Planalto**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003.

SACK, Robert. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. **Human Territoriality: a theory**. Annals of the American Geographers, v. 73, n. 1, p. 55-74, 1983.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. SP/RJ: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. SP: Hucitec, 1994.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L. **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, p.15-20, 1993.

_____. **Por uma Geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. SP: Edusp, 1978.

_____., SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2ª. Ed. RJ: Consequência, 2015.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003.

_____. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, M. A. **Estudos territoriais na ciência geográfica**. SP: Outras expressões: 47-74, 2013.

_____. A. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: região, espaço e território. **Geo UERJ**, Ano 12, n. 21, v. 2, 2º semestre de 2010.

_____. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. S. (org.) **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP/GAsPERR, p. 35-51, 2005.

_____. Proposições para estudos territoriais. **Geographia**, Niterói, UFF, ano 8, n. 15, 2006.

_____. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, UFSC, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun.2007 b.

SILVEIRA, Maria L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, AGB, v. 15, n. 1, p. 4-12, jan./dez, 2011.

SOUZA, Marcelo L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., et al., **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

_____. O bairro contemporâneo: Ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 51, n. 2, p. 139-172, 1989.

_____. RODRIGUES, Glauco B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo, Unesp, Coleção Paradidáticos, 2004.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1993.

SILVA, Ana Cristina da. **O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI: o território na trama das significações imaginárias** (Volumes I e II). Tese (Doutorado), Presidente Prudente, Unesp, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2010. 578 f.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. SP: Edunesp, 2003.

_____.; DUNDES, Ana C. A metamorfose do território em região: o devir e o atraso como referências do discurso. In: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinós; SOUZA, Edson Belo Clemente (org.), **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. 1, p. 117-145

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis: territórios e rede de sociabilidade**. Jundiaí/SP: Paco, 2012.

_____. **Enterrado vivo: identidade punk e território em Londrina**. SP: Edunesp, 2004.